



# PODER JUDICIÁRIO

## Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ATO Nº 453

O DESEMBARGADOR WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2011, na forma do Anexo.

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>426.410</b>	<b>19.150</b>
Pessoal Ativo	<b>326.813</b>	<b>17.273</b>
Sentenças Judiciais sem Precatário (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	326.813	17.273
Pessoal Inativo e Pensionistas	<b>99.597</b>	<b>1.877</b>
Sentenças Judiciais sem Precatário (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	99.597	1.877
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>118.667</b>	<b>12.751</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	25.501	11.112
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	93.166	1.638
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>307.743</b>	<b>6.400</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>314.143</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)†</b>		<b>552.733.063</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>		<b>0,056834</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) – &lt; % &gt;</b>	<b>0,109462</b>	<b>605.033</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – &lt; % &gt;</b>	<b>0,103989</b>	<b>574.782</b>

FONTES: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

†Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/9/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(a) Carlos Yukio Fujimoto  
 Secretário de Orçamento e Finanças  
 Substituto

(a) Magaly Silicani Cardoso  
 Secretária de Controle Interno

**PUBLIQUE-SE.**

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,  
 em 26 de setembro de 2011.

**WALTER DE ALMEIDA GUILHERME**  
*Presidente*